

ACEDI - P. I. B.
ISA
DATA 31.12.186
COD C2D00003

CONCEITOS EM CONFLITO: TERRAS E TERRITÓRIOS
INDÍGENAS

Trabalho apresentado à III reunião anual da Associação
Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais,
Belo Horizonte, 17-10-79

Anthony Seeger
Museu Nacional

A idéia para este painel surgiu da observação que embora que nós todos reconhecemos a ameaça onipresente às terras indígenas, não houve uma oportunidade de sentar com calma e refletir e debater certos dos aspectos mais complexos do assunto. É sempre um perigo que nossas análises se reduzam às nossas posições políticas, e na atuação dos cientistas sociais em favor dos direitos dos índios a terra não deve excluir uma reflexão mais completa. Neste trabalho inicial levanto várias questões sobre a política indigenista com respeito a terras indígenas, sobre a reação das sociedades indígenas à redução dos seus territórios, e outras questões que acho importantes. Os outros membros do Painel vão elaborar certos desses temas e apresentar outros. O assunto transcende os índios brasileiros; no mundo inteiro a proliferação de grupos minoritários usando identidade étnica para lutar por fins políticos pode ser visto como uma característica da segunda metade deste século.

Minha apresentação de hoje vai argumentar que há um conflito entre a percepção da terra indígena por parte da sociedade nacional e o uso que muitas sociedades indígenas fazem das suas terras: construindo territórios para a sua própria auto-definição contra a sociedade branca. Essas diferenças tem implicações importantes para uma análise da ameaça às terras indígenas e da política indigenista.

A política indigenista brasileira é muito coerente e clara no primeiro momento de contato entre tribos isoladas e partes da sociedade nacional. A política de atração iniciada por Rondon, e posto em prática por Nimuendaju e muitos outros, tem sido importante na sobrevivência de muitos grupos. No caso de tribos arredias, ninguém pode negar que eles são índios, que vivem diferente mente do que nós, e que precisam de terras amplas (porque vivem da caça e coleta) e assistência para garantir sua sobrevivência. É por isso que é possível mobilizar tanto apoio para projetos como o Parque Nacional do Xingu, ou o Parque Yanomami. A necessidade desses grupos de terem terra e assistência é clara, para membros de vários setores da sociedade brasileira, embora não sempre realizado pelo órgão tutelar.

Mas a política de terras indígenas e a política indigenista em geral são muito menos definidas, e cheias de contradições, depois do estágio inicial de atração, quando terras são prometidas, filmes são feitos, fotografias tiradas, e os acontecimentos na pequena sociedade indígena viram por um instante o foco de atenção para a nação e de vez em quando do mundo ocidental. "In-

diões com roupas" não são considerados índios, não são fotografados, e seu futuro é deixado nas mãos do órgão tutelar, dos interesses regionais, e deles mesmos. As terras anteriormente consideradas necessárias para sua sobrevivência estão agora pensadas como "sub-utilizadas" e estão geralmente reduzidas em tamanho ou expropriadas. Quero examinar a questão de terras indígenas neste segundo momento: é característica da grande maioria dos índios hoje.

Pretendo examinar quatro questões que estão relevantes, e que vão ser retomadas pelos debatedores.

1. Qual é a política implícita ou explícita envolvida na demarcação de terras indígenas? Quais são as implicações desta visão para as sociedades indígenas que têm muitos anos de contato com partes da sociedade nacional?
2. Quais são as percepções das sociedades indígenas sobre as suas terras depois de estas estarem delimitadas?
3. Tendo em vista item 1 e 2, que tipo de direito têm, ou devem ter, os grupos indígenas sobre as suas terras.
4. Quem tem direito às terras indígenas.

1. A política implícita ou explícita na demarcação de terras indígenas

Uma questão a ser levantada em relação à política de terras indígenas é que "nós" (a "sociedade brasileira") pensamos sobre a finalidade de terras indígenas. Diferentes sociedades indígenas receberam terras em momentos diferentes da história do Brasil, e não me considero competente de fazer mais do que levantar a questão. Proponho que na maioria dos casos, quando terra foi dada para os índios pensava-se numa área homogênea, geograficamente delimitada por fronteiras relativamente claras.

Objetivamente, uma das razões mais óbvias para a demarcação de terras indígenas é para ter direito claro a tudo que esta fora. Assim, uma vez demarcada uma gleba de terra para os índios, o resto é ocupável. Existe também uma tendência de encerrar terras indígenas como uma reserva para o benefício da União. Assim, reforma agrária é mais frequente em terras indígenas (ao custo dos índios) do que em outras grandes propriedades. E como Silvio Coelho vai discutir, a tendência de colocar barragens em terras indígenas para fornecer energia às terras não indígenas é muito grande, assim como estradas, linhas elétricas, etc. A perda de cerca de 50% (cinquenta por cento) das terras, discriminadas ou demarcadas, pelos índios no Rio Grande do Sul desde 1911 é característica do que acontece com grupos em contato intensivo com a sociedade nacional (ver Lígia Simonian "Indígenas e Terra no Rio Grande do Sul" mimeo).

O processo de ocupação das terras indígenas obviamente resulta de modificações na economia regional e especialmente no meio rural. Mas há mais envolvido do que isso. A visão evolucionista das sociedades indígenas que estava atrás do estabelecimento do S.P.I. e da grande maioria das áreas indígenas hoje existentes, é importante para entender a política de terras indígenas. Neste ponto de vista os índios arredios eram seres primitivos, da "idade da pedra", que com cuidado e educação poderiam se tornar membros úteis da sociedade brasileira. Para poder atingir este ponto precisavam de terras.

Em relação à terra, a idéia de evolução das sociedades indígenas envolve a concessão de amplas terras para os índios recém-contatados, mas implica em que depois de aldeados e integrados não precisarão de tantas terras. Os índios são considerados incapazes de utilizar seus territórios. A política indigenista relativa às terras dos grupos aldeados tem sido o arrendamento ou uso direto das terras pelo órgão tutelar; a prática política tem sido a expropriação e alocação para outros fins. Em ambos os casos é implícito que os índios que deixam de ser arredios não precisam de tanta terra nem usam o que tem de uma maneira adequada.

Uma outra justificativa para a redução ou expropriação

das terras indígenas é a idéia muito presente no pensamento comum hoje de que os índios são uma raça em extinção. Muitos brasileiros mantêm que já não existem mais; outros comentam "coitados, estão acabando". Grupos em extinção não precisam de tantas terras; a terra concedida é temporariamente concedida, para amenizar o fim inevitável.

Envolvida neste conjunto de idéias é a consideração de que a finalidade de uma política indigenista é a integração dos índios na sociedade nacional através de sua "emancipação". O assunto de emancipação já recebeu um tratamento mais profundo (ver a publicação da Comissão Pró-Índio de São Paulo); não pretendo retomar aqui. Mas envolve a substituição de qualquer sistema nativo da terra pela posse individual de pequenas propriedades.

Setores diferentes da sociedade tem motivos diferentes para apoiar ou se opor à demarcação de terras indígenas. Nesta parte só queria notar a mudança de atitude em relação aos índios e às suas terras depois da sua pacificação e aldeamento e de ver sua necessidade de terras sob uma visão evolucionista pelo qual eles não precisam da mesma quantia de terra para sempre. Esta visão entra em conflito direto com um dos resultados de delimitação ou demarcação de terras para os grupos indígenas: sua tomada de identidade étnica como uma arma na sua política de sobrevivência.

2. As percepções das sociedades indígenas de seus Territórios

Num trabalho anterior ("Terras e Territórios Indígenas", Encontros com a Civilização Brasileira, volume 12, junho 1979, página 101-109), Eduardo Viveiros de Castro e eu discutimos como as mudanças na relação com a terra (no seu duplo aspecto de meio de produção e território político) tendem a influenciar a organização e a definição étnica dos diferentes grupos indígenas.

Antes do contato com as frentes de expansão, a pluralidade de adaptações sócio-ecológicas impede que se coloque uma problemática uniforme de "terra indígena". Como variavam as formas econômicas de uso de terra entre os vários grupos, variavam também as formas de percepção do território tribal. Certos grupos tinham um território claramente percebido, com fronteiras legitimadas em mito e de longa duração (por exemplo no alto Rio Negro). Outros grupos percebiam numa maneira totalmente diferente sua relação com espaço geográfico, sem fronteiras fixas. Dificilmente se encontrava uma visão do território semelhante à que nós possuímos. Em termos econômico-jurídicos, a terra, para as sociedades indígenas que conheço, não se definia nunca como mercadoria, objeto alienável de transações individuais. A propriedade, se esta noção faz algum sentido no caso, era investida no grupo local, e os direitos individuais ou familiares se exerciam sobre o trabalho na terra, sobre os frutos deste trabalho. Neste sentido, a terra não podia ser definida como espaço homogêneo, mas como mo-

saico de recursos (tipos de solo, de matérias e seres ali encontrados, etc.) desigualmente distribuídos por uma superfície sem existência conceitual nítida. O território, enquanto tal, podia ou não ser pensado como espaço fechado - isto dependia sobretudo das relações entre diferentes grupos tribais de uma mesma região, e também das formas econômicas prevelocentes.

Mas os conceitos nativos de terra e território, tanto a nível do uso de recursos como a nível da percepção social do espaço e das concepções jurídicas e políticas do território, tendem a se homogenizar com o contato e a dominação. A mais importante modificação para a discussão hoje é a produção "espontânea" de uma concepção indígena de terra como espaço homogêneo, fechado por fronteiras definidas pelo direito nacional, e que distingue duas identidades étnicas em oposição: os brancos (fora) e os índios (dentro). Nesta medida, a tendência recentemente identificável é de um desenvolvimento de uma noção de propriedade do território contra os brancos, pensada a partir de um código jurídico-cultural imposto (e transgredido) pelos próprios brancos. Neste momento, a uniformização do conceito de terra indígena, fundamentalmente em termos negativos - expropriação da terra - tende a fornecer as bases para a constituição de uma identidade étnica geral - índio - definida a partir desta relação de luta contra a expropriação.

O conceito de território como espaço identificado com um grupo étnico cresce, em muitas sociedades indígenas, a partir de uma política de delimitação ou demarcação de terras indígenas. A política indigenista que visava o desaparecimento das sociedades indígenas como tal acaba dando aos próprios índios uma arma que possibilita sua sobrevivência.

É possível supor que o grau de consciência étnica de cada grupo varia de modo diretamente proporcional a duas variáveis: (a) o grau de controle que ainda dispõe sobre seu território (ou querem dispor); (b) o tipo e grau de pressões que ameaçam este território. Outras variáveis são relevantes: a situação histórica de contato, o grau de domínio dos códigos culturais brasileiros, o tipo de agência mediadora entre a comunidade e a sociedade nacional. Estas variáveis precisam de mais investigação, de preferência comparativa.

Há uma tendência de ver uma tomada de consciência étnica como evoluindo para uma consciência de classe. Acho perigoso ver os dois termos como oposições ou simples alternativos. Consciência étnica é uma defesa usada por um grupo contra outras pessoas, e é uma estratégia especialmente apta para grupos indígenas atualmente, quando a assistência aos índios provavelmente excede assistência aos outros grupos no interior - embora deixe, por muito, de ser suficiente. Num outro momento outras alianças talvez se tornem mais usadas; mas não exclusivamente nem irreversivelmente. O que precisamos investigar com mais cuidado - indo além dos discurs

dos dos envolvidos e investigando cuidadosamente casos de conflito (por exemplo em Nonoai, a reserva Kadiueu, etc), é o projeto político implícito ou explícito que o grupo tem. Quando entram na arena de política, as lideranças indígenas enfaticamente não são crianças: sempre atingiram influência através de alianças; nunca tiveram força absoluta ou forças armadas à sua disposição. Não deve surpreender que façam alianças políticas, e que falesem coisas que grupos diferentes querem ouvir (até sendo de vez em quando "inconsistentes"): são políticos em todos os sentidos. Antropólogos devem investigar para qual finalidade, com quais considerações e ressalvos, grupos indígenas fazem suas alianças em dadas circunstâncias. É uma questão de difícil resposta. Mas devemos evitar a tendência de reduzir a política dos grupos indígenas à política nacional; assim como devemos evitar, como proposta teórica, evitar reduzir as terras, as crenças, as sociedades indígenas as terras, crenças e sociedade nacional.

Minha experiência no Xingu, embora com um grupo com poucos anos de contato com os brancos, me mostrou que a visão dos Villas Boas da sua aliança com os índios Suyá, e a visão dos Suyá de sua aliança com os Villas Boas, eram radicalmente diferentes. Os Suyá baseavam suas relações com brancos num projeto político e numa visão do mundo essencialmente Suyá - mas realizado através de alianças com pessoas e agências diversas.

A relação dos grupos indígenas com seus territórios - sua percepção desses como espaço político e social além de econômico - pode ser um aspecto importante da sua sobrevivência. Precisamos de mais estudos sobre este assunto, de ponto de vista dos grupos indígenas, para poder começar a ver os índios não como passivas vítimas de dominação branca mas como atores ativos, usando os recursos à sua disposição para garantir sua sobrevivência.

3. Que tipo de direito tem, ou devem ter, as sociedades indígenas sobre as suas terras?

Nas partes anteriores foi mostrado que a doação de parcelas de terra às sociedades indígenas é representado como uma doação de terras: simples recursos para garantir a sobrevivência imediata do grupo, mas que muitas vezes, para os índios, essas terras viram territórios - com implicações bastante diferentes. Essas terras, transformadas em territórios, fazem parte da sobrevivência do grupo social e politicamente, além de economicamente.

Hoje as sociedades indígenas confrontam várias ameaças às suas terras que necessitam uma avaliação jurídica. Me parece de grande importância que a visão antropológica de território esteja considerada junto com as outras considerações na formulação de defesas jurídicas das terras ameaçadas. Eu não vou elaborar porque tanto Caio Lustosa quanto Silvio Coelho vão tratar deste

ponto.

Um exemplo, porém, da consideração da terra como território é a expropriação de terras indígenas. A FUNAI, percebendo as terras indígenas como terra, e com um interesse de empresa nesses assuntos, aceita indenização por terras em dinheiro. Para o grupo indígena, isto é em geral contra os seus interesses: deve ser em terra.

É frequentemente argumentado que não existe posse coletiva na jurisprudência nacional, e que as sociedades indígenas eventualmente vão ter que optar pela posse individual de glebas pequenas de terra: de virar pequenos proprietários. Mas porque eles não podem vir a ser sociedades anônimas? Uma tribo indígena já é muito como uma corporação. Porque o índio "integrado" tem que ser pequeno proprietário, pobre, sujo, indolente, ultrapassado e mestiçado? É interessante como uma política indigenista tem como finalidade produzir este estereótipo ao vivo. É isto porque o estereótipo determina a política? Será que nem os visionários da política indigenista conseguem escapar de um esquema evolucionista?

4. Quem tem direito a terras indígenas?

Quando é que um índio deixa de ser índio? Qual é a finalidade eventual da política indigenista (e por implicação das reservas indígenas)? Essas questões importantes já estão respondidas no Estatuto do Índio e nas declarações de vários Ministros de Interior: a integração na sociedade brasileira. Mas que é integração? E que sociedade é essa? A emancipação já foi bastante debatida e já comentei o estereótipo de um índio "emancipado". E a sociedade brasileira? É uma sociedade uniforme, com um tipo de comportamento considerado aceitável? Ou é um território em que há espaço para uma variedade de sub-culturas, de minorias étnicas ou sociais que contribuem em maneiras distintas a nação? Esta é uma questão fundamental não somente para as sociedades indígenas mas também para outros grupos minoritários que estão marginalizados hoje.

O chefe da tribo Suyá (o líder da facção mais forte através de aliança com uma outra facção e os administradores do Parque Nacional do Xingu) depois de uma semana conosco no Rio de Janeiro, falou para sua mulher que embora que muitos Suyá querem 'virar brancos', depois da sua visita ele achou melhor ficar como Suyá. "Ficar como Suyá" quer dizer coisas diferentes em momentos diferentes (como já escrevi em trabalho anterior sobre os Suyá e o Alto Xingu). Mas o próprio sentimento de "querer ficar diferente" é um desafio à política indigenista e à concepção de uma nação no mundo moderno.

A ameaça às terras de muitos grupos é muito séria, e certos deles usam a identidade étnica como arma de defesa de seus territórios. Mas existem outros grupos indígenas que já perderam

todas as suas terras, ou cujas terras estão tão invadidas que sua situação jurídica é muito complexa. Agora certos desses grupos, como em Bahia, reivindicam terras como seu direito. A acusação contra esses grupos por parte dos outros que ocupam seus antigos territórios é que eles não são índios. "Não há índios no Acre" falou um governador do Acre; um levantamento contou mais do que oito mil indivíduos considerados diferentes por falar línguas nativas, viver diferentemente, etc. Eram chamados "caboclos". Existem na Bahia grupos que não falam sua língua nativa, mas se mantêm "índios".

Muitos grupos indígenas que lutam para obter ou defender as suas terras comentam que os brancos somente reconhecem "índios bonitos" como índios: aqueles que andam nus, usam cocar, e sabem cantar. Eles, que não fazem isto, não são considerados índios. Certos grupos, em reação a isto, estão aprendendo novos rituais, falando sua língua nativa, e tentando ser "índio" para os brancos. Com nosso estereótipo de que é um índio, estamos forçando os índios do Brasil virar nossos índios. Os grupos da Bahia que estão aprendendo novos rituais para mostrar às autoridades são um exemplo disto.

Estamos perante um problema que vai crescer enquanto os índios convivem mais com a sociedade nacional: é possível decretar que um ser humano é ou não é de um dado grupo social? Para índios muitas vezes usa-se critérios genéticos: uma pessoa que se chama índio mas tem feições brancas ou cabelo crespo não é índio. Aqui estamos de novo em confronto direto com questões antropológicas: estamos para sempre condenados à uma teoria genética do Brasil como a mistura de três raças que assim perdem elementos culturais em favor de uma nova cultura, ou estamos prontos para enfrentar uma definição socio-cultural do Brasil, dos índios, das outras minorias, e do futuro?

Conclusão

Para analisar a situação de hoje com respeito às terras indígenas é importante analisar tanto a visão da sociedade nacional do "índio" e de terra, quanto a visão dos grupos indígenas de território e as suas opções perante a sociedade nacional. A sociedade nacional tende a produzir seus estereótipos; as sociedades indígenas tendem a tomar esses estereótipos como uma arma para sua sobrevivência. Não pretendo ter esgotado essas questões, mas somente levantado. Agora vamos ouvir um pouco dos outros membros do painel antes de partir para um debate geral, que pode se estender às outras reuniões deste grupo de trabalho nos outros dias.